

A ELABORAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO TÉCNICO EM ARQUIVO DO BRASIL: UMA PARCERIA ENTRE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E CENTRO PAULA SOUZA

The development of the first brazilian vocational training in archives: a partnership between arquivo público do estado de são paulo and centro paula souza

Antonio Gouveia de Sousa I Graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), Especialista em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Especialista em Gestão Cultural pelo Itaú Cultural, Doutorando em Ciência da Informação na UNESP-Marília. Executivo Público do Arquivo Público do Estado de São Paulo. E-mail: agsousa@sp.gov.br

Fernanda Mello Demai I Graduada em Letras, Mestre em Linguística e Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e Coordenadora de Projetos Pedagógicos do Ensino Superior do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS). E-mail: fernanda.demai@gmail.com

Noemi Andreza da Penha | Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutoranda em Ciência da Informação na UNESP-Marília e Diretora Técnica do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo. E-mail: noemiandrezza@10gmail.com

Aline Santos Barbosa I Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Diretora Técnica do Núcleo de Assistência Técnica aos Órgãos do SAESP do Arquivo Público do Estado de São Paulo. E-mail: alinebarbosa@sp.gov.br

Flávio Ricci Arantes I Graduado em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e Diretor Técnico do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do Arquivo Público do Estado de São Paulo. E-mail: frarantes@sp.gov.br

RESUMO

Passados cerca de 40 anos da publicação da lei que regulamenta a profissão de Arquivista e de Técnico em Arquivo, o Brasil dispõe de diversos cursos de graduação para formação de Arquivistas, mas apenas um Curso Técnico. Este artigo tem como objetivo apresentar uma descrição de alguns aspectos do processo de elaboração do primeiro Curso Técnico em Arquivo do Brasil, fruto da parceria entre Arquivo Público do Estado de São Paulo e Centro Paula Souza. A metodologia deste trabalho consistiu na análise do plano de curso do Técnico de nível médio, dos documentos utilizados na elaboração do currículo do curso, de fontes bibliográficas e da legislação acerca dos temas da Educação Profissional Tecnológica e do Técnico em Arquivo. Como resultado deste estudo, temos uma reflexão sobre o perfil do profissional de nível médio, uma análise da demanda para a proposição do curso, a apresentação de matriz e plano curriculares definidos pelo grupo de trabalho, com ênfase na distinção das atribuições práticas do Técnico em Arquivo em relação à perspectiva mais ampla das competências de um Arquivista, profissional de nível superior. Além de referência, este artigo acaba sendo um estímulo para que outras instituições proponham a criação de Cursos Técnicos em Arquivo e compartilhem suas experiências.

Palavras-chave: Curso Técnico em Arquivo. Formação profissional. Elaboração curricular. Educação arquivística. Arquivologia.

ABSTRACT

After around 40 years from the publication of the law regulating Archivist and Archival Technician careers, Brazil opened a number of undergraduate courses to prepare Archivists, but only one Vocational Training for high school students (also known in Brazil as a Technical Course). This paper aims to make a description of some aspects of the developmental process of the first course to prepare Archival Technicians in Brazil. This course is a result of a partnership between Arquivo Público do Estado de São Paulo (São Paulo's Public State

Archive) and Centro Paula Souza (Paula Souza Vocational School) To write this article, the method consisted in analyzing: course plan/curriculum, the documentation of the course development process, source literature and legislation on the subjects of Vocational Education and Archival Technicians. As a result of this study, it emerges a critical reflection about the profile required by labor market concerning professionals coming from secondary education. Plus, this article analyzed the demand for the course proposal and the presentation of the curricular matrix and course plan defined by the working group. It emphasized the distinction between practical tasks performed by Archives Technicians and much more comprehensive education acquired by Archival Science students in college. More than a source of reference, this article ends up being a motivation for other institutions to propose the creation of similar courses and to share their experience.

Keywords: Vocational Training in Archives. Professional education. Curriculum development. Archival education. Archival Science.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos do processo de elaboração e implementação do primeiro Curso Técnico em Arquivo do Brasil, instituído junto ao Centro Paula Souza (CPS) e articulado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), que vinha sendo demandado desde meados dos anos 2000 pelo Departamento de Gestão do Sistema de Arquivo do Estado de São Paulo (DGSASP). Entretanto, o desenvolvimento desta ideia de criação do Curso de Técnico em Arquivo inicia-se somente no segundo semestre de 2017, na Coordenadoria do APEP, instituindo-se, então, o grupo de trabalho¹ para elaboração da proposta do curso no início de 2018.

A proposta de oferecimento do Curso Técnico em nível médio no Centro Paula Souza foi sedimentada na constatação da demanda e no levantamento das características socioculturais.

Neste cenário, o Arquivo do Estado de São Paulo destaca-se pela relevância da vivência profissional da instituição e sua trajetória de atuação na administração pública do governo estadual paulista.

O APEP é responsável pela formulação de políticas públicas de gestão documental, arquivo e acesso à informação para os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), bem como por preservar e difundir os conjuntos documentais arquivísticos de guarda permanente, conforme o Decreto nº 54.276, de 27 de abril de 2009.

Já o Centro Paula Souza é uma autarquia do governo do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cuja missão é a promoção da educação pública profissional e tecnológica dentro de referenciais de excelência, visando ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de São Paulo.

Para atender às demandas sociais e do mercado de trabalho e formação de profissionais atualizados em tecnologias e processos produtivos, capazes de atuar no desenvolvimento tecnológico e inovação, a instituição educacional estabelece relação com outros órgãos e empresas diversas; um desses contatos foi junto à instituição arquivística do Governo do Estado de São Paulo, conforme será abordado nas próximas páginas.

Representantes das instituições mencionadas chegaram à conclusão de que a propagação da experiência acumulada por ambas dentro do contexto profissional deveria acontecer de forma colaborativa; por este motivo, na ocasião, foi ponderado sobre a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, composto pelos servidores especialistas em Arquivologia e em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para enriquecer as discussões na determinação do plano de curso e matriz curricular, incluindo competências, habilidades e temas concernentes à EPT de nível médio.

Desta forma, o grupo multidisciplinar foi capaz de elencar temas oportunos e congruentes com as práticas arquivísticas nas instituições, o que possibilitou a troca de ideias e reconhecimento de pontos significativos para atingir o objetivo de concepção e formulação dos aspectos preponderantes para atuação deste profissional no mercado de trabalho.

Durante o processo de elaboração do currículo do Curso Técnico de Arquivo, o grupo buscou compreender e assimilar o universo do mercado de trabalho, na área pública e privada, cautelosos para delimitação da zona limite entre a função do Arquivista e a do Técnico em Arquivo.

Sob a ótica da Lei Federal nº 6.546, de 4 de julho de 1978, é estabelecida a obrigatoriedade da formação em nível médio, conforme o artigo 1º, que determina que os Técnicos de Arquivo devam receber treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão de Obra, do então Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 horas em disciplinas específicas.

¹ Grupo de trabalho composto por Alexandre Realino Alves, Aline Santos Barbosa, Antônio Gouveia de Sousa, Camila Brandi de Souza Bentes, Fernando Padula Novaes, Flávio Ricci Arantes, Ieda Pimenta Bernardes, Noemi Andreza da Penha e Rose Marie Inojosa (servidores do Arquivo Público do Estado); Cecília Machado, Fernanda Mello Demai, Judith Terreiro, Juliana Monteiro e Priscila Leonel (servidoras do Centro Paula Souza).

Isto posto, a partir da exposição da trajetória da concepção do Curso Técnico em Arquivo no Centro Paula Souza (CPS), procedeu-se imediatamente à apresentação da metodologia, que proporcionou a obtenção do relato da idealização e estruturação com abordagem reflexiva e de cunho descritivo sobre a elaboração e implementação desse que é o curso pioneiro no Brasil.

O método utilizado é de natureza qualitativa e descritiva, buscando-se, em um primeiro momento, um fazer descritivo desse caminho percorrido até a efetivação do curso, tentando-se compreender e elencar alguns dos fenômenos desencadeados pela constituição de um grupo, ou seja, a colaboração de um coletivo para o desenho e materialização deste curso.

Diante do compromisso em se delimitar as competências entre as atribuições do arquivista e do técnico em arquivo, houve a consecução do objetivo primordial, que era implementar o Curso Técnico.

As competências (ou atribuições) do profissional de nível médio foram delineadas em termos de seu perfil profissional e de sua atuação, respeitando-se os limites e a abrangência do Arquivista, profissional de nível superior - esse foi o primeiro patamar rumo a uma conscientização e também uma aceitação de que o Técnico possui seu "lugar", diferente do profissional de nível superior, não passível de antagonismo ou concorrência, mas de colaboração em atividades.

Sendo assim, o grupo multidisciplinar teve a responsabilidade de discutir e delimitar este perfil profissional e o relacionamento dos atores e interessados nos espaços de trabalho e em demais aspectos da materialização dessa formação em relação às demandas inerentes às atividades de organização, recuperação, preservação, acesso e difusão de documentos e informações de arquivos vivenciados pelo APESP.

Enquanto a compreensão da distinção entre os profissionais Técnico em Arquivo e Arquivista tornou-se mais clara para todos, a matriz de disciplinas ou componentes curriculares também deveria seguir essa linha de pensamento. Assim, deu-se o processo de elaboração do Curso Técnico em Arquivo, a partir de estudos e reflexões da educação profissional e tecnológica. Araújo (2019, p. 250-251) assim descreve características do processo de elaboração curricular, principalmente de cursos inéditos, em parceria entre instituição educacional – Escola Técnica e outras instituições demandantes, como o APESP, prevendo estudos, reflexões e pesquisas sobre demandas do mundo do trabalho. Conforme Araújo (2019, p. 250):

Nos últimos quase 20 anos, o Centro Paula Souza – CPS -, por intermédio da Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico – Cetec, tem elaborado os currículos dos cursos técnicos em parceria com representantes de instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

Neste aspecto, a elaboração do curso Técnico em Arquivo teve a participação imprescindível dos especialistas do APESP e a expertise dos funcionários do CPS para reflexão sobre os aspectos da formação técnica de nível médio em Arquivologia. Logo, Araújo (2019, p. 251) evidencia que:

Todos os currículos construídos nestes quase 20 anos são resultados de um consenso entre o que pretendem os demandantes e o que os especialistas da Cetec, professores das Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo – Etecs, consideram pertinente, à luz das experiências e das reflexões sobre a formação profissional de nível.

Esclareça-se, a propósito, que nenhuma matriz curricular é imutável, pode sofrer alteração em decorrência das mudanças sociais e das necessidades inerentes às dinâmicas do mundo do trabalho, como bem esclarece Araújo (2019, p. 251):

Todos sabem que esse ou aquele currículo é um consenso transitório, que será revisto quando do desenvolvimento de cada curso e, assim, submetido à crítica dos professores e alunos. Essa avaliação se dá em diferentes Etecs e vai ser considerada nas reformulações curriculares. A descrição do perfil profissional é detalhada em atribuições e atividades, tendo como limite a análise do que está previsto para as funções/cargos das empresas consultadas e as da mesma família descritas na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

O processo de elaboração curricular permite a colaboração na identificação de necessidades sociolaborais, que vêm a ser atendidas pela escola técnica, em forma de cursos regulares de nível médio, em parceria com instituições específicas de vários campos, como o APESP.

A identificação da demanda pela formação técnica de nível médio em Arquivo

A Lei Federal nº 6.546, de 4 de julho de 1978, normatizada pelo Decreto Federal nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, como disciplina o artigo 1º:

O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo tem como atribuições estabelecidas nesta Lei, a permissão para a atuação profissional:

I - aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei; II - [...] III - aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau (BRASIL, 1978).

Porém, nota-se na literatura arquivística que a preocupação com a formação de profissional qualificado para trabalhar em Arquivos é anterior à promulgação desta lei, como se observa em Marques (2012, p. 21-23).

Observa-se que, na década de 1950, os funcionários do Arquivo Nacional participavam de cursos promovidos por distintas instituições internacionais que difundiam o conhecimento arquivístico – procedimentos, métodos e diretrizes (SÁ, 2013, p. 53).

Assim, diante das necessidades de formação técnica observadas pelo Arquivo Nacional do Brasil, que solicitou, na época, à Embaixada da França, a colaboração de um Arquivista francês para ministrar conferências sobre a organização dos arquivos preconizados do Arquivo Nacional da França, por serem referência na área naquele período (SÁ, 2013, p. 53).

Dessa forma, em 1959, veio ao Brasil o Arquivista e professor francês Henri Boullier de Branche, que ministrou dois cursos de aperfeiçoamento de arquivo para os servidores do Arquivo Nacional e treinamento intensivo no primeiro semestre de 1960 (SÁ, 2013, p. 53).

Em decorrência dessas ações, o Curso Permanente de Arquivos começou a funcionar no Arquivo Nacional como o primeiro curso regular voltado para à formação e qualificação de pessoal especializado no tratamento e organização de documentos arquivísticos (BRASIL, 1974, p. 4-5).

Em 1972, o Conselho Federal de Educação autorizou a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior, conforme a recomendação feita por profissionais da área no I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Nesse ano foi aprovado também o Parecer nº 249/1972 da Câmara de Ensino de 1º e 2º grau, que reconhece a Arquivística como uma habilitação profissional no Ensino de 2º grau. Em 1974, foi firmado um convênio entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Arquivo Nacional para a cooperação conjunta entre as duas entidades em matéria de arquivística e de pesquisa histórica - a pesquisa histórica até então era um fazer laboral dos arquivos públicos brasileiros (BRASIL, 1974, p. 4-5).

Por meio da Portaria nº 5, de 15 de março de 1976, o Arquivo Nacional aprovou o quadro de professores do Curso Permanente e dos Cursos Avulsos – denominados naquele período (BRASIL, 1976, p. 27). Em março de 1977, o Curso Permanente do Arquivo Nacional foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO, com a denominação de Curso de Arquivologia, de acordo com o Decreto Federal nº 79.329, de 2 de março de 1977, e termo de convênio assinado pelo Arquivo Nacional, pela FEFIERJ e pelos decanos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, dessa Universidade, como se observa na legislação (BRASIL, 1977, p. 29-31) e na literatura da área (MARQUES, 2012, p. 22-23).

A integração do Curso Permanente de Arquivos ao Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, com a nomeação de professores, deu-se pela Portaria nº 141, de 31 de março de 1977 (BRASIL, 1977, p. 37-38).

Com essa transferência, o Curso Permanente de Arquivos, que funcionava no Arquivo Nacional desde 1960 e já reconhecido como curso superior, passou a funcionar dentro do espaço universitário. Desde a primeira iniciativa até a criação do primeiro curso na academia, transcorreu um período de sessenta (60) anos até a criação de um curso para a formação de arquivistas, ou seja, a Arquivística conquistou seu espaço na Academia, conforme pesquisa de doutoramento de Marques (2012, p. 21-23).

Cabe ressaltar que o Curso de Arquivologia da UNIRIO foi o primeiro realizado em âmbito universitário e, no decorrer dos anos 2000, os cursos superiores se expandem expressivamente no meio acadêmico, fazendo com que as pesquisas no campo se ampliem.

Dessa forma, o Brasil contava, em 2017, com 16 cursos de Arquivologia, em nível superior, listados abaixo, todos em universidades públicas estaduais ou federais:

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Desde 1973
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	Desde 1976
UFF - Universidade Federal Fluminense	Desde 1978
UNB - Universidade de Brasília	Desde 1991
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Desde 1997
UEL - Universidade Estadual de Londrina	Desde 1998
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	Desde 2000
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Desde 2000
UNESP - Universidade Estadual Paulista - Marília	Desde 2003
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	Desde 2006
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	Desde 2008
UFRG - Universidade Federal do Rio Grande	Desde 2008
UFAM - Universidade Federal do Amazonas	Desde 2009
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Desde 2009
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	Desde 2010
UFPA - Universidade Federal do Pará	Desde 2012
UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci	EaD, em atividade
UNIFAI - Centro Universitário Assunção	Presencial, extinto

Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) em 2021.

Segundo o Cadastro e-MEC, além das 16 instituições públicas, há ainda autorização para oferta da graduação por duas instituições particulares – UNIASSELVI e UNIFAI (BRASIL, 2021).

Constata-se que ocorreu uma expansão da oferta de cursos de Arquivologia em nível superior (OLIVEIRA, 2012, p. 106); entretanto, observava-se, até fins de 2017, não haver iniciativa profícua em relação à promoção de Curso Técnico em Arquivo de nível médio, apesar dos esforços de cooperação interinstitucional para seu desenvolvimento, mas que não lograram êxito no oferecimento efetivo do curso, como no caso do convênio celebrado em 2016 entre o Arquivo Nacional e o Instituto Técnico Federal do Sudeste de Minas². Passados, assim, praticamente quarenta anos da publicação da lei que regulamenta a profissão em nível superior, Lei Federal nº 6.546, de 4 de julho de 1978, e a oferta de formação técnica de nível médio ainda não havia sido contemplada.

Em decorrência disso, alguns dos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em 2017, elaboraram uma pesquisa para averiguar a situação dos egressos do curso de Arquivologia da UNESP de Marília, com enfoque na inserção desses no mercado de trabalho e suas demandas em formação (SÃO

² Conforme notícias publicadas em 2016 <http://arquifes.blogspot.com/2016/04/instituto-federal-oferecera-curso-de.html> e 2017 <http://arquifes.blogspot.com/2017/01/capacitacao-curso-ead-tecnico-em-arquivo.html>

PAULO, 2017). A coleta de dados da pesquisa mencionada acima ocorreu por meio de questionário na plataforma do Google Forms com as seguintes perguntas: 1) Origem geográfica; 2) Ano de formatura; 3) Formação complementar; 3.1) Principais áreas de formação complementar; 3.2) Principais cursos; 4) Áreas de atuação profissional; 4.1) Tipos de organizações que empregam profissionais graduados em Arquivologia; 4.2) Organizações que empregam profissionais graduados em Arquivologia; 4.3) Existência do cargo de Arquivista; 5) Tempo médio para ingresso no mercado de trabalho; 6) Tempo médio de experiência profissional e 7) Remuneração média (SÃO PAULO, 2017).

Os dados da pesquisa apontaram que a maioria dos egressos está alocada no Estado de São Paulo; o ano de formação foi 2010, ou 2012 e, ou 2015; na formação complementar, cinquenta por cento (50%) desses é pós-graduada- lato sensu ou stricto sensu- sendo que trinta e seis por cento (36%) em cursos de Gestão; dezoito por cento (18%) na área de Arquivo e Ciência da Informação; três por cento (3%) em Tecnologia da Informação, e quarenta e três por cento (43%) em outras áreas. Na área de atuação profissional o serviço público é responsável pela maioria das contratações de profissionais graduados em Arquivologia; no entanto, a diferença em relação ao setor privado é pequena. As organizações que empregam profissionais formados em Arquivologia são públicas, do terceiro setor, e há demanda profissional nos serviços públicos e privados – entretanto, as empresas que não prestam serviços em Arquivo, tanto públicas, do terceiro setor quanto empresas privadas, demandam a maioria das contratações no setor; provavelmente, aquelas empresas que prestam serviços terceirizados na área não mantenham profissionais graduados em Arquivologia e, portanto, a necessidade ocorre para profissionais de nível médio técnico. A existência de cargo ou função de profissional arquivista na maioria das empresas que contratam profissionais graduados em Arquivologia registram o cargo ou função do profissional como Arquivista; entretanto, há nomenclaturas alternativas deste ofício nas organizações, como por exemplo, “analista de documentação”; observa-se também uma relação natural entre o tempo de experiência e a faixa de remuneração: a maioria dos profissionais, com remuneração entre três e seis salários mínimos, possui também três ou mais anos de experiência na área.

Após análise dos dados levantados nessa pesquisa da realidade dos egressos do curso de Arquivologia da UNESP de Marília, verifica-se a crescente demanda por profissionais qualificados para atuar em instituições arquivísticas públicas e privadas. Consequentemente, a inserção do arquivista no mercado de trabalho demanda profissionais qualificados para amparar as atividades de trabalho; neste cenário, o profissional de nível médio se fez necessário para auxiliar os Arquivistas de nível superior em atividades de suportes técnicos e operacionais.

A oferta de Curso Técnico em Arquivo pelo Centro Paula se fez oportuna, visto que esse profissional vem sendo requerido pelo mercado de trabalho e que pode contribuir para que os arquivistas contratem técnicos qualificados para que os auxiliem em algumas de suas atividades que não necessitam de formação superior, mas, para cuja realização, precisa-se de uma base técnica de conhecimento sólida. Há uma tendência de crescimento dessa demanda por profissionais com a produção exponencial de documentos em diferentes formatos e suportes (textuais, cartográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros, micrográficos, digitais entre outros), havendo espaço para atuação tanto para o profissional de nível superior quanto para o nível médio.

A formação do Técnico em Arquivo, até o ano de 2020, não era prevista pelo Ministério da Educação, órgão responsável pela regulamentação de cursos técnicos por meio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Embora a legislação específica da área preveja o curso técnico, não havia, até o ano de 2018, em instituições públicas, dos âmbitos federal ou estadual, ou em instituições privadas, o Curso Técnico em Arquivo no Brasil; por esse motivo, a oferta de curso desta habilitação foi uma iniciativa inédita no país.

Essa formação de nível médio, na área de Arquivologia, tem por objetivo proporcionar aos estudantes conhecimentos e práticas que os levem a apropriarem-se de tecnologias numa condição de excelência, articulando conceitos e metodologias, estratégias e avanços técnico-mercadoológicos adicionados a novos recursos humanos, a fim de corresponder, de maneira eficiente, a critérios, normas e sistemas específicos presentes nos segmentos desse setor. Junte-se a isso o fato de que esse Curso Técnico tem a destinação especial de atender às demandas dos Arquivistas que não conseguiam, no mercado de trabalho, mão de obra qualificada em nível médio que os auxiliassem em suas atividades técnicas e operacionais, as quais não exigem profissional de alta gestão e qualificação de nível superior como é o Arquivista.

Um percurso e alguns conceitos e definições

Quase ao término do ano de 2020, o público interessado e os atores e instituições de Educação Profissional e Tecnológica obtiveram conhecimento de publicação do Ministério de Educação (MEC), por intermédio da Nota Técnica nº 93/2020/CGRS/DPR/SETEC/MEC, que versa sobre o assunto: “Análise e manifestação sobre a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos 2020”: O Curso Técnico em Arquivo seria incluído na próxima versão oficial do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, conforme o item “A.V- Inclusão de Curso”, Subitem 7, “Técnico em Arquivo”, eixo tecnológico “Desenvolvimento Educacional e Social- carga horária 1.200 horas” (BRASIL, 2020b).

Esse reconhecimento da habilitação profissional do Técnico em Arquivo é de máxima relevância para a área profissional e para as instituições de Educação Profissional e Tecnológica: mais que um reconhecimento de legislação, constitui-se numa validação histórico-social e político-cultural, a qual evidencia um potencial de movimentação positiva do status quo da Arquivística no estado de São Paulo. E, por que não, no Brasil.

À guisa de explanação, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) constitui-se em um instrumento legal do governo federal do Brasil que regula a oferta dos cursos técnicos de nível médio, disciplinando denominação do curso, perfil profissional de conclusão, infraestrutura mínima requerida, o campo de atuação, as ocupações CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) relacionadas, normas associadas ao exercício profissional (se houver), possibilidades de certificação intermediária, possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica, possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo, além da carga horária mínima da habilitação profissional técnica de nível médio, como evidencia o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2014).

O Catálogo é organizado em “eixos tecnológicos”, uma classificação ou categoria do MEC equivalente a um conjunto de áreas técnicas e científicas com intersecção de temas e tecnologias.

Com vistas a uma definição, Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio pode ser compreendida como o tipo de curso e respectivo título conferido pela conclusão de um itinerário formativo de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A habilitação profissional é sempre correspondente a um “perfil profissional”, ou seja, o conjunto lógico de competências e atribuições de um profissional de uma área técnica, no exercício de um determinado cargo ou ocupação ou em prestação de serviços.

Em relação à materialização, à concretização do currículo do curso em forma de um documento específico, citamos as definições que seguem de “plano de curso”, “matriz curricular” e “componente curricular”.

O plano de curso é definido como:

Documento legal que organiza o currículo na forma de planejamento pedagógico, de acordo com as legislações e outras fundamentações socioculturais, políticas e históricas, abrangendo justificativas, objetivos, perfil profissional, organização curricular das competências, habilidades, bases tecnológicas, temas e cargas horárias teóricas e práticas, aproveitamento de experiências e conhecimentos e avaliação da aprendizagem, infraestrutura de laboratórios e equipamentos e pessoal docente, técnico e administrativo (DEMAI, 2019, p. 92)

A matriz curricular é definida como:

Documento legal em forma de quadro representativo da disposição dos componentes curriculares (incluindo trabalhos de conclusão de curso e estágio) e respectivas cargas horárias (teóricas e práticas) de uma habilitação profissional técnica de nível médio, na estrutura de módulos ou séries, com terminalidade definida temporalmente (que pode ou não coincidir com a ordenação do semestre ou do ano letivo) e de acordo com a possibilidade de certificação intermediária (para qualificações profissionais técnicas de nível médio) e de certificação final

(para habilitações profissionais técnicas de nível médio). As matrizes curriculares são também o documento oficial que aprova a instauração de uma habilitação profissional técnica de nível médio em uma determinada Unidade Escolar, em determinado recorte temporal (semestre ou ano letivo), a partir de uma legislação (federal e estadual) e a responsabilização de um Diretor de Escola e de um Supervisor Educacional (DEMAI, 2019, p. 90).

Os componentes curriculares são, por sua vez, definidos da seguinte maneira:

Divisões do currículo que organizam o desenvolvimento de temas afins. Compreendem atribuições, responsabilidades, atividades, competências, habilidades e bases tecnológicas - além de sugestões de metodologias de avaliação, de trabalhos interdisciplinares, de bibliografia de ferramentas de ensino aprendizagem- direcionadas a uma função produtiva (DEMAI, 2019, p. 86).

À luz dessas definições, extraídas de uma publicação do Centro Paula Souza (DEMAI, 2019, p. 86) que buscou sistematizar os conceitos e práticas subjacentes aos macroprocessos de elaboração e reformulação dos currículos dos cursos técnicos de nível médio, prosseguiu-se com o intuito de demonstrar um percurso possível de reflexão e de proposição de novos cursos em Educação Profissional e Tecnológica, nos seus vários níveis, sem pretensão de esgotar o assunto, outros caminhos para descrições e análises.

O estudo é descritivo, não prescritivo, e suas fontes são documentais, legislações educacionais e também institucionais e de autores e teóricos da Educação não vinculados a órgãos governamentais, que pensam e auxiliam a consolidação da EPT no Brasil, um caminho, ou currículo, atalho, ainda sendo pavimentado, para que se torne o mais aprazível, eficiente e eficaz. Esse caminho inclusive está aberto a outros(as) pesquisadores(as), que se interessam, estudam e/ou trabalham com EPT e também com outros tipos de formação, a exemplo de cursos de Bacharelado, Licenciaturas, Pós-Graduação, entre outros.

Ao lado do desenvolvimento de cursos e projetos pedagógicos integrados, com diferentes saídas, que mobilizam um ou mais níveis da EPT, a formação de parcerias, bem como a criação de currículos originais e inéditos (até mesmo para os Catálogos do MEC, as chamadas “experiências pedagógicas” ou “cursos experimentais”) vêm ocorrendo na atuação das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse sentido, no intuito de discutir o estudo de caso que motivou este trabalho, no próximo capítulo serão apresentadas informações acerca da parceria realizada entre o Centro Paula Souza e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, em iniciativa original e inovadora, coroada pela inclusão do curso na 4ª edição do CNCT do MEC, cuja versão prévia foi lançada em 23/12/2020 (BRASIL, 2020a).

Construção e desenvolvimento de currículo em parceria: o Curso Técnico em Arquivo

Pode-se depreender que o trabalho das duas instituições, Centro Paula Souza e Arquivo Público do Estado de SP, decorre e serve à sociedade, às relações sociais e culturais, tanto no desígnio da formação, do ensino, da Educação, como na missão de servir como difusores de conhecimentos e de informações nos meios mais modernos e nos mais tradicionais, em um percurso híbrido que acompanha a transformação da sociedade.

Essa parceria teve como perspectiva a colaboração interinstitucional e interdisciplinar, de modo a construir e compartilhar saberes para fomentar a reflexão sobre a formação técnica de nível médio em Arquivo no estado de São Paulo.

No caso da Educação Profissional e Tecnológica, o termo parceria é utilizado no sentido de relacionamento estabelecido para determinada finalidade, com objetivos comuns aos envolvidos, pressupondo contato da escola com a realidade local, para verificação de demandas de formação profissional, visando ao sucesso do ensino, em um percurso de aprendizagem ativa e direcionada para atender demandas manifestadas por determinados setores da sociedade ou áreas da sociedade, como a arquivística (ARAÚJO, 2019, p. 250-251).

Conforme já mencionado, o Curso Técnico em Arquivo teve seu currículo concebido como fruto da parceria

entre as instituições Centro Paula Souza e Arquivo Público do Estado de São Paulo, parceria que se iniciou com a assinatura, em 5 de setembro de 2017, do Termo de convênio entre APESP e CPS para a formação em gestão documental dos funcionários do CPS pela equipe técnica do APESP, fomentando assim, a discussão para a elaboração do curso técnico (SÃO PAULO, 2017a).

Como curso inédito, original até mesmo para o Catálogo de Cursos Técnicos do MEC, a equipe de elaboração curricular construiu o perfil profissional, os componentes e a matriz curricular com base na legislação da área profissional, na atuação do profissional no mercado de trabalho, em experiências e tendências da Arquivística no Brasil, além de toda a experiência e conhecimento adquirido e consolidado do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Assim, o perfil do Técnico em Arquivo elaborado é:

O Técnico em Arquivo é o profissional que atua no apoio à administração e preservação de arquivos públicos e privados. Executa atividades relacionadas à gestão, organização e preservação de documentos e informações para que se tornem disponíveis e acessíveis à consulta. Aplica instrumentos de gestão e preservação de arquivos em meio físico e digital. Apoia as atividades especializadas e administrativas em gestão documental, arquivos e unidades de informação, no atendimento ao usuário interno e externo e na administração do acervo. Orienta usuários e os auxilia na recuperação de informações (SÃO PAULO, 2018, p. 17).

Em relação à atuação desse profissional no mercado de trabalho, foi pensando no perfil que atenda às distintas demandas e instituições, conforme:



Arquivos públicos municipais, estaduais e federais (dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário); Instituições públicas, privadas e do terceiro setor, no tratamento de documentos físicos, digitais e/ou digitalizados e de diversos gêneros, formatos e suportes (fitas, vídeos, CDs, DVDs); Instituições de Ensino e Pesquisa, de Saúde, Serviços Sociais e outros; Empresas de guarda, gerenciamento e digitalização de documentos; Centros de documentação e memória em bibliotecas e museus; Bancos, empresas e escritórios de profissionais liberais; Escritórios de advocacia e de contabilidade; Redes de rádio, televisão e mídias sociais; Consultorias e trabalho autônomo; Tribunais e cartórios (SÃO PAULO, 2018, p. 17).

Destacamos alguns componentes curriculares, específicos do núcleo de Arquivologia, sistematizados pelo Grupo de Trabalho para composição do Plano de Curso da formação profissional do Técnico em Arquivo (SÃO PAULO, 2018, p. 35-37):

- Estudos de Estruturas Organizacionais;
- Diretrizes Arquivísticas;
- Análise Diplomática e Tipologia Documental;
- Legislação e Políticas de Arquivo;
- Mapeamento de Processos;
- Gestão Documental;
- Métodos de Arquivamento;
- Arquivos Permanentes;
- Gestão e Preservação de Documento Arquivístico Digital;

- Serviços, Usuários e Mediação em Arquivos;
- Gestão de Projetos na Área Arquivística;
- Difusão em Arquivos;
- Preservação e Conservação Preventiva;
- Indexação e Vocabulário Controlado em Arquivo.

A Figura 1 mostra a matriz curricular do Curso Técnico em Arquivo, oferecido desde agosto de 2018 pelo Centro Paula Souza na unidade Etec Parque da Juventude (Santana, São Paulo/SP), com 1400 horas-aula de 21 disciplinas, distribuídas em 3 módulos semestrais.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Rua dos Andradas, 1410 - Santa Trígênia - 01208-000 - São Paulo - SP
 (11) 3324-3300 - <http://www.cps.sp.gov.br>

MATRIZ CURRICULAR – 1º SEMESTRE DE 2020										SPdoc – Protocolo (Nº/Ano)		/			
Unidade Escolar				Etec Parque da Juventude		Código	0159	Município	São Paulo						
Eixo Tecnológico				DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL		Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ARQUIVO (2,5)				Plano de Curso		354			
<small>Lei Federal nº 9394, de 20-12-1996; Resolução CNE/CEB nº 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB nº 6, de 20-9-2012; Resolução SE nº 78, de 7-11-2008; Decreto Federal nº 5154, de 23-7-2004, alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18-6-2014. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetec – 1401, de 17-7-2018, publicada no Diário Oficial de 18-7-2018 – Poder Executivo – Seção I – página 38, retificada no Diário Oficial de 20-7-2018 – Poder Executivo – Seção I – página 32.</small>															
MÓDULO I – 1º semestre de 2020				MÓDULO II – 2º semestre de 2020						MÓDULO III – 1º semestre de 2021					
Componentes Curriculares		Carga Horária (Horas-aula)			Componentes Curriculares		Carga Horária (Horas-aula)			Componentes Curriculares		Carga Horária (Horas-aula)			
		Teoria	Prática	Total			Teoria	Prática	Total			Teoria	Prática	Total	
I.1 – Linguagem, Trabalho e Tecnologia		50	00	50	II.1 – Gestão Documental		00	100	100	III.1 – Gestão de Projetos na Área Arquivística		00	100	100	
I.2 – Estudos de Estruturas Organizacionais		50	00	50	II.2 – Ética e Cidadania Organizacional		50	00	50	III.2 – Difusão em Arquivos		00	50	50	
I.3 – Diretrizes Arquivísticas		100	00	100	II.3 – Métodos de Arquivamento		50	00	50	III.3 – Preservação e Conservação Preventiva		00	100	100	
I.4 – Análise Diplomática e Tipologia Documental		50	00	50	II.4 – Arquivos Permanentes		00	100	100	III.4 – Indexação e Vocabulário Controlado em Arquivo		00	50	50	
I.5 – Legislação e Políticas de Arquivo		100	00	100	II.5 – Gestão e Preservação de Documento Arquivístico Digital		00	100	100	III.5 – Espanhol Instrumental		50	00	50	
I.6 – Mapeamento de Processos		00	50	50	II.6 – Serviços, Usuários e Mediação em Arquivos		50	00	50	III.6 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquivo		00	50	50	
I.7 – Aplicativos Informatizados		00	50	50	II.7 – Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquivo		50	00	50						
I.8 – Inglês Instrumental		50	00	50	TOTAL		200	300	500	TOTAL		50	350	400	
MÓDULO I SEM CERTIFICAÇÃO TÉCNICA				MÓDULOS I + II SEM CERTIFICAÇÃO TÉCNICA						MÓDULOS I + II + III Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ARQUIVO					
Total da Carga Horária Teórica		650 horas-aula			Trabalho de Conclusão de Curso		120 horas								
Total da Carga Horária Prática		750 horas-aula			Estágio Supervisionado		Este curso não requer Estágio Supervisionado.								
Observação		A carga horária descrita como prática é aquela com possibilidade de divisão de classes em turmas, conforme o item 4.8 do Plano de Curso.													
Data: ____/____/____				DIRETOR DE ETEC <small>(assinatura e carimbo)</small>				Homologação: ____/____/____				SUPERVISOR EDUCACIONAL <small>(assinatura e carimbo)</small>			

Figura 1- Matriz Curricular do Curso Técnico em Arquivo para o 1º semestre de 2020, Centro Paula Souza.

Os componentes curriculares que constam da matriz acima tiveram como diretriz fundamental para seu planejamento, pelo grupo de trabalho interinstitucional, o desenvolvimento de competências voltadas para a plena atuação de um profissional de nível médio no atual mercado de trabalho em Arquivos e instituições congêneres ou que demandem o trabalho do Técnico de Nível Médio.

O plano de curso acaba apresentando, portanto, uma disposição natural, de uma cadência de conhecimentos, habilidade e atitudes (que, conjuntamente, são as próprias competências) menos complexa para, gradualmente, atingir-se um patamar mais complexo de mobilização de teoria e prática para a execução das atividades do profissional.

Há uma leve primazia na atribuição de carga horária para disciplinas práticas (750 horas-aula) em relação às teóricas (650 horas-aula). Também fica clara a lógica de concentrar esses componentes mais teóricos (como Diretrizes Arquivísticas, Análise Diplomática e Documental e Legislação e Políticas de Arquivo) no início do curso, privilegiando a formação do arcabouço de conhecimentos básicos da Arquivística, que propiciam uma consistência conceitual adequada para o estudante desenvolver habilidades e competências práticas

esperadas ao final do curso, que subsidiarão a formação profissional integral, que é o que se espera do Técnico de Nível Médio.

Tendo em vista essa formação profissional integral, alguns componentes curriculares de natureza interdisciplinar foram inseridos no currículo do curso: ética e cidadania organizacional, linguagem, trabalho e tecnologia, inglês e espanhol instrumental, aplicativos informatizados e trabalho de conclusão de curso.

Isto posto, considerando o ineditismo da proposta, o projeto pedagógico desenvolvido teve como premissa contribuir com a expansão do campo de Arquivologia com a formação de profissionais aderentes às demandas sociais e do mercado de trabalho.

Considerações finais

Na busca por considerações, não finais, mas de fechamento deste trabalho, ressalta-se, em primeiro plano, a relevância da colaboração entre instituições públicas (e também com empresas privadas) para o alcance de objetivos comuns, conforme a missão de cada ator institucional e demandas da sociedade, em um dado momento histórico e sociocultural.

Até mesmo pela natureza de preservação da memória, que é uma das características tanto da área da Educação como da Arquivística, uma parte dos envolvidos na elaboração e implantação do primeiro Curso Técnico em Arquivo no Brasil sentiu-se confiante e desafiada em divulgar suas percepções e aspectos desse percurso ainda semipavimentado, o da Formação Média na área de Arquivos, não obstante outros relatos, considerações e perspectivas que venham a se apresentar, em futuro próximo e distante.

O curioso é que o Curso Técnico estava previsto em lei desde 1978, mas, ao longo do tempo, não foi criado no território brasileiro e, infelizmente, não conseguimos detectar na literatura arquivística o motivo dessa inércia.

Importante destacar que o grupo de trabalho formado pelas duas instituições do governo do Estado de São Paulo também consultou o diagnóstico elaborado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, a fim de averiguar a situação dos egressos do curso de Arquivologia no mercado de trabalho, o que proporcionou alargar o conhecimento, sobretudo do cenário profissional, contribuindo para concepção das atribuições e competências desse Curso Técnico.

Esta iniciativa deu-se principalmente na tentativa de não se perder o histórico de um caminho muito diferenciado, tanto em termos de objeto (um curso inédito, em uma área, no território nacional, que ainda nem estava contemplado no rol de cursos do Ministério da Educação), quanto em termos de forma e procedimentos (parceria interinstitucional), que foi profícua e realmente colaborativa, como em termos de potencialização e marcação político-ideológica de uma área, de evidenciação de suas práticas e de seu lugar histórico e sociocultural, além da necessidade do fomento a novos debates, perspectivas e produção de conhecimento.

Considera-se, em instância final (mas não em última), que este trabalho de cunho descritivo, preponderantemente narrativo de um caso ou experiência, mais abre caminhos do que os fecha, inclusive para outros relatos e proposições, numa tensão entre ampliação e aprofundamento em relação à formação em Arquivologia na qual se ampara a ciência em diferentes matizes.

Referências

ARAÚJO, A. M. Laboratório de Currículo no Centro Paula Souza: princípios e organização. In: ARAÚJO, A. M.; DEMAI, F. M. (Org.). Currículo escolar em laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica. 2019/1ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019, v. 1, p. 19-129.

BRASIL. Arquivo Nacional. Mensário do Arquivo Nacional, ano V, v. 2. Rio de Janeiro, p. 4-5, fev. 1974.

BRASIL. Arquivo Nacional. Mensário do Arquivo Nacional, ano VII, v. 2. Rio de Janeiro, p. 27; 55, fev. 1976.

BRASIL. Arquivo Nacional. Mensário do Arquivo Nacional, ano VIII, v. 6. Rio de Janeiro, p. 29-31; 37-38, jul. 1977.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). 3 ed. 2014-2016. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). 4 ed. 2020. Brasília, 2020a. Eixo de Desenvolvimento Educacional e Social/Técnico em Arquivo. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=239>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Nota Técnica nº 93/2020CGRS/DPR/SETEC/MEC. Apreciação de Proposta apresentada pela SETEC/MEC para a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Processo 23000.009907/2018-77. Brasília, 2020b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=166361-pceb005-20&Itemid=30192. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Regulamenta as profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC). Disponível em <<https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>>. Acesso em 7 jan/2021.

DEMAI, F.M. Missão, concepções e práticas do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac): O Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza. In: ARAÚJO, A. M.; DEMAI, F. M. (Org.). Currículo escolar em laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica. 2019/1ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019, v. 1, p. 19-129.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. A disciplina: questões epistemológicas. Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil, Epistemologia, Formação, Preservação, Uso e Acesso. Georgete Medleg Rodrigues, Marli Guedes da Costa. Brasília: Editora UnB, 2012. p. 21-37.

OLIVEIRA, Flávia Helena. A formação do Arquivista na Universidade de Brasília e as Habilidades Profissionais demandadas pelo mercado de trabalho da Capital Federal. Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil, Epistemologia, Formação, Preservação, Uso e Acesso. Georgete Medleg Rodrigues, Marli Guedes da Costa. Brasília: Editora UnB, 2012. p. 103-127.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 31-58, jul./dez. 2013, p. 53.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Análise dos dados levantados com a pesquisa de alunos egressos do curso de Arquivologia da UNESP. Pesquisa interna elaborada pelos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Documento solicitado na transparência passiva via SIC.SP, dezembro de 2017. São Paulo, dezembro de 2017.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Termo de cooperação entre a Unidade do Arquivo Público do Estado e o Centro Paula Souza. Processo SPdoc nº SG/1181118/2017. 2017a, p. 66-72.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo. Decreto nº 54.276, de 27 de abril de 2009. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2014, 2.ed., rec. e ampl. Disponível: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/politica-publica-de-arquivos-e-gestao-documental-do-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 18 de jan. 2021.

SÃO PAULO. Centro Paula Souza (CPS). Institucional/Unidade do Ensino Médio e Técnico/Grupo de Formulação e Análises Curriculares. Plano de Curso 354- Técnico em Arquivo. São Paulo, 15 maio 2018. Disponível em: <https://www.etecparquedajuventude.com.br/Cursos/Arquivo/PlanoCurso/354%20-%20>

[Arquivo%20-%201%20sem%202020.pdf](#). Acesso em: 5 jan. 2021.

SÃO PAULO. Centro Paula Souza (CPS). Matriz curricular do Curso Técnico em Arquivo – 1º sem 2020. [Imagem 1] Disponível em: https://www.etecparquedajuventude.com.br/Cursos/Arquivo/Grade/Arquivo_2020_1.pdf. Acesso em 7 jan. 2021.